

Observatório de mídia: Caso Verônica Bolina¹

Aline da Silva SCHONS²

Douglas Pereira de SOUSA³

Rodrigo Barros MENDONÇA⁴

Sofia Cavalcanti ZANFORLIN⁵

Universidade Católica de Brasília, Brasília, DF

Resumo

O presente trabalho aborda a cobertura jornalística acerca da prisão da travesti Verônica Bolina, assim como as repercussões do fato na comunidade LGBT no Brasil. O objetivo é comparar o conteúdo das publicações de um jornal regional impresso, três portais da internet e uma revista online de ideologia esquerdista, uma vez que se trata de tema polêmico e de desrespeito às liberdades inerentes ao ser humano. A análise conclui que o atual cenário da mídia brasileira ainda não contribui de forma plena para a discussão responsiva sobre a promoção e à garantia de direitos básicos para a referida classe.

Palavras-chave: mídia; análise; cobertura; LGBT; Verônica Bolina.

Introdução

As questões referentes aos direitos humanos são temas recorrentes nos principais veículos de comunicação do Brasil e do mundo. Casos de desrespeito às liberdades inerentes ao ser humano e as inúmeras formas de distinções de raça, cor, sexo, religião e outras são manchetes em jornais e fazem parte de debates acalorados em defesa de pontos de vista antagônicos. Em geral, o preconceito e a não aceitação das diferenças são as causas das mais variadas formas de violência, seja a física ou a moral.

Os transgêneros, conceito “que abrange o grupo diversificado de pessoas que não se identificam, em graus diferentes, com comportamentos e/ou papéis esperados do gênero que lhes foi determinado quando de seu nascimento” (JESUS, 2012, p. 14), são vítimas constantes da falta de compreensão da sociedade para com suas opções de identidade. Podem-se citar dezenas de casos ao redor do mundo em que eles são marginalizados não apenas na sociedade, mas no seio de suas próprias famílias, por não se encaixarem nos “padrões” do grupo social em que vivem.

¹ Trabalho apresentado na Divisão Temática de Jornalismo, da Intercom Júnior – XI Jornada de Iniciação Científica em Comunicação, evento componente do XXXVIII Congresso Brasileiro de Ciências da Comunicação.

² Aluna do 6º semestre do curso de Jornalismo da Universidade Católica de Brasília. E-mail: alineschons31@gmail.com

³ Aluno do 5º semestre do curso de Jornalismo da Universidade Católica de Brasília. E-mail: dpsousa14@gmail.com

⁴ Aluno do 5º semestre do curso de Jornalismo da Universidade Católica de Brasília. E-mail: rodrigobarr@gmail.com

⁵ Orientadora do trabalho. Jornalista, doutora em Comunicação pela Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ), professora da Universidade Católica de Brasília. E-mail: szanforlin@gmail.com

O presente trabalho faz uma análise da cobertura jornalística feita pelo jornal Correio Braziliense impresso e alguns veículos de abrangência nacional em suas versões *on line* (Estadão.com.br, Folha.com.br, G1.com e Revista Fórum) acerca do caso da detenção da travesti Verônica Bolina (nome social) ocorrida no dia 10 de abril de 2015 e as posteriores repercussões do caso nas publicações ocorridas até o dia 30 do referido mês. A escolha dos veículos baseou-se na busca pela pluralidade de opiniões, optando-se por um jornal regional, três portais de amplitude nacional e uma revista com posições ideológicas de esquerda.

O objetivo da pesquisa é analisar o tratamento dado à personagem quanto ao uso do nome social e gênero usado para designá-la; fontes consultadas em cada uma das matérias publicadas (existência ou não de divergência); recursos gráficos utilizados para ilustrar a matéria (olhos, fotografias, vídeos e etc.); e cobertura de ocorrências relevantes ligadas ao universo LGBT desde a prisão de Verônica. Os objetivos específicos são: a) Comparar as abordagens dos cinco diferentes meios, analisando até que ponto a ideologia de cada um influencia no modo como os fatos são noticiados; b) Elucidar o tema, polêmico por natureza, na tentativa de aclarar algumas questões que envolvem a população LGBT.

Para atingir tais objetivos, adotou-se a abordagem metodológica qualitativa. “A pesquisa qualitativa preocupa-se, portanto, com as aspectos da realidade que não podem ser quantificados, centrando-se na compreensão e explicação da dinâmica das relações sociais” (GERHARDT e SILVEIRA, 2009, p. 32). E a análise de conteúdo como método de análise de texto. Bauer e Gaskell (2003 apud KRIPPENDORFF, 1980) distinguem as estratégias de análise de conteúdo em três: texto como sistema aberto, a fim de verificar tendências e padrões de mudanças; comparações, como, por exemplo, entre coberturas de diferentes jornais (foco deste estudo); e construção de índices.

Pereira (2014) expõe que a passagem para o jornalismo de mercado faz com que o papel do jornalista e o ideal romântico existente em torno dele sejam questionados. Passa a existir um conflito entre a lógica empresarial e a missão jornalística, pautada no interesse público.

De acordo com Traquina (apud SOARES e OLIVEIRA, 2007), a cultura e os hábitos das redações interferem diretamente na construção da notícia. O jornalista, na maioria das vezes, acaba incorporando a política da empresa, visando evitar penalidades e receber recompensas, que são sutilmente impostas. Para Soares e Oliveira (2007, p. 10):

[...] a construção da notícia passa por um processo de análise individual dos profissionais que a trata. Podendo ser considerado como um processo subjetivo e parcial, embora apresente características ora da cultura profissional e ora da organizacional.

Nesse contexto, pesquisas que busquem comparar e analisar os vieses das coberturas jornalísticas, especialmente em temas como os relacionados às causas LGBT, em que não há consenso de opiniões, contribuem para a formação de um profissional de comunicação mais crítico e preparado.

Veículos *On line* Nacionais

As matérias publicadas nos três veículos foram analisadas, inicialmente, de maneira separada, para selecionar aquelas que traziam cobertura de fatos novos. Nesta triagem, constatou-se que o portal Folha.com.br publicou apenas três matérias sobre o tema, enquanto que Estadão.com.br trazia quatro, e o G1 sete matérias publicadas. Entretanto, como duas delas tinham seus conteúdos republicados em matérias posteriores, optou-se por analisar cinco matérias deste veículo.

Estadão.com.br

A primeira matéria do portal (14/04) reporta-se como um típico boletim policial, ressaltando a prisão e referindo-se à Verônica pelo seu nome de registro (Charleston Alves Francisco). Todas as referências à personagem são feitas no gênero masculino (“Um travesti”, “ele”, “O travesti”). A única fonte utilizada no texto é a Polícia Civil do Estado de São Paulo e os policiais envolvidos na ocorrência.

A partir da segunda matéria publicada (16/04), nota-se uma mudança de comportamento quanto ao tratamento de gênero: a personagem passa agora a ser tratada no feminino (“caso da travesti Verônica Bolina”, “foi presa”). Em relação às fontes, foram citados a Corregedoria da Polícia Civil, ativistas LGBT, o delegado responsável pelo Distrito Policial (DP) onde Verônica foi presa e a coordenadora de Políticas para a Diversidade Sexual do Estado de São Paulo, sendo que aparentemente apenas o delegado foi de fato ouvido pela reportagem. É importante ressaltar que tanto o delegado quanto a coordenadora sustentam a posição de que Verônica não teria sido agredida pela polícia, o que demonstra não haver pluralidade de fontes.

A terceira matéria (17/04), apesar de trazer a manifestação do presidente da Comissão de Direitos Humanos da Câmara dos Deputados, caracteriza-se pela repetição das

fontes apresentadas anteriormente: a coordenadora de Políticas para a Diversidade Sexual do Estado de São Paulo e o delegado titular do 2º DP.

Na última matéria publicada pelo Estadão (18/04), tem-se, pela primeira vez, a diversidade de fontes, já que são apresentadas as posições dos membros do Ministério Público responsáveis por investigar a atuação policial e da própria personagem. Ressalta-se que as versões dessas duas novas fontes contrapõem-se às apresentadas em matérias anteriores. Na retomada do caso, são ressaltadas as agressões sofridas por Verônica e as reações posteriores, institucionais e de ativistas LGBT.

Assim, nota-se uma “virada” na cobertura apresentada pelo Estadão.com.br, já que inicialmente sequer respeitava-se o gênero feminino nas designações à Verônica, e predominavam as fontes representantes dos órgãos do Estado de São Paulo. Ao longo das matérias, cresceu também a referência à comoção notada nas redes sociais pelas agressões sofridas pela travesti, evidenciando-se um “*agenda setting* reverso” dos leitores para o veículo. Todas as matérias estavam na editoria Geral.

Folha.com.br

Referindo-se à personagem sempre no feminino ao longo das três matérias, a Folha inicia sua cobertura (16/04) com diversidade de fontes, ao ouvir o delegado responsável pelo 2º DP e duas defensoras públicas, que desde esta matéria fazem contraponto à versão policial. A matéria traz também a fala da coordenadora de Políticas para Diversidade Sexual do Estado de São Paulo. Ao fim, é apresentada a versão da Secretaria de Segurança Pública, que se manifestou por nota oficial. As imagens que ilustram a matéria trazem Verônica antes e depois da agressão, além daquelas que motivaram os protestos em redes sociais, por exibirem a personagem nua e com sinais de agressão.

Na segunda matéria (16/04, à noite), destacam-se as manifestações institucionais frente ao caso, como as da Secretaria de Direitos Humanos da Presidência da República, da Ordem dos Advogados do Brasil e do Centro de Cidadania LGBT. A Folha retoma o histórico do caso, com a fala do delegado responsável pelo 2º DP, e traz ainda a opinião do diretor da Comissão de Direitos Humanos da OAB-SP, que vai de encontro à posição dos agentes da Segurança Pública de SP. As imagens utilizadas são as mesmas.

Em sua última matéria (18/04), a Folha.com.br traz a divergência entre as informações oficiais, confirmadas em áudio por Verônica, e a declaração dela ao grupo do Ministério Público que investiga a atividade policial (GECEP), em que afirmou ter sido coagida a reafirmar a versão policial. Como fontes, são citados os promotores do MP, o

delegado titular do 2º DP e a coordenadora de Políticas para Diversidade Sexual do Estado de São Paulo. As imagens da matéria são as mesmas.

Com a análise dos três materiais, conclui-se que a Folha.com.br teve cuidado em apresentar pluralidade de fontes e apresentar as posições dos envolvidos, além das manifestações oficiais. Não há mudança na linha de reportagem, já que desde a primeira matéria a personagem foi tratada da mesma maneira, e buscou-se apresentar também sua defesa. As inconsistências de ambas as versões são exploradas, deixando a critério do leitor o julgamento crítico sobre o caso. Todas as matérias estavam na editoria Cotidiano.

G1.com

A análise das cinco matérias publicadas pelo G1, selecionadas dentre as sete sobre o caso, permite separá-las em dois momentos. Inicialmente, elas fazem a cobertura de um caso policial qualquer, sem tratar o tema sob o enfoque de violação de direitos humanos e, portanto, adotando a prática de expor o criminoso como ser desprovido de direitos, ouvindo prioritariamente as forças de segurança do Estado. Num segundo momento, as matérias passam a fazer referência ao desrespeito às leis e aos direitos humanos presentes nos procedimentos adotados pelos órgãos de Segurança Pública do Estado de São Paulo.

As duas primeiras matérias publicadas pelo G1.com (13 e 14/04) fazem referência à Verônica sempre no masculino (“Um preso”, “o travesti”), sem, entretanto, citar o seu nome de registro ou o social. As fontes utilizadas nas duas reportagens são os policiais e agentes do Estado, a Secretaria de Segurança Pública e os registros oficiais da ocorrência. Ainda que publicadas após a divulgação das imagens de Verônica agredida, conforme se desprende dos textos, não se levou em conta a comoção causada pelas agressões. A abordagem é no sentido de cobrir o fato de Verônica ter arrancado a orelha de um carcereiro e a necessária reação policial para contê-la. As imagens utilizadas são exclusivamente da carceragem e do carcereiro que teve a orelha mutilada.

A terceira matéria (16/04), motivada pela investigação do Ministério Público sobre as circunstâncias em que Verônica foi agredida, é a mais completa. Conta com mais de 12 mil caracteres, contra 688 da última matéria de Folha.com.br e 2.696 da maior matéria do Estadão.com.br. Não obstante o maior aproveitamento do suporte *online*, o conteúdo é também o mais completo, pela diversidade de fontes, utilização de recursos como olhos, ilustrações e fotografias, diversas citações diretas, além de expor a linearidade do caso. As fontes apresentadas são: o Grupo de Atuação Especial de Controle Externo da Atividade Policial do Ministério Público, a Defensoria Pública, a defensora Juliana Belloque, o Centro

de Cidadania LGBT da Prefeitura Municipal de São Paulo, a mãe de Verônica, a Secretaria de Segurança Pública do Estado de São Paulo e o deputado federal Jean Wyllys. Cita, ainda, que a reportagem tentou contato com o carcereiro que teve a orelha mutilada pela personagem, com Verônica (ambos sem sucesso) e com a coordenadora de Políticas para Diversidade Sexual, que não quis se manifestar.

Como recursos visuais que enriquecem a matéria, são apresentados dois olhos, ambos com fala da responsável pela defesa da personagem. Fotografias também foram utilizadas: são cinco boxes, trazendo imagens de Verônica antes e depois das agressões, do carcereiro com a orelha mutilada e de Verônica deitada no chão do 2º DP, com as calças rasgadas. Outro recurso visual utilizado, surpreendente por não encontrar paralelo em nenhuma das outras matérias analisadas nesta categoria, são duas ilustrações da campanha feita nas redes sociais digitais #SomosTodasVerônica, criada em apoio à personagem.

Em relação à maneira como as fontes são reproduzidas, as citações diretas são reservadas majoritariamente à defensora pública que assiste Verônica e contrapõe, portanto, a versão policial. As fontes do Estado, como a Secretaria de Segurança Pública e a Polícia Civil, têm suas manifestações citadas de forma indireta, com maior parte das informações extraída de nota oficial. É significativo, ainda, o espaço dado às manifestações do deputado federal Jean Wyllys, conhecidamente defensor das causas ligadas à cidadania LGBT. Além de nota divulgada pelo parlamentar nas redes sociais, cita-se projeto de lei de autoria dele que visa a proteger a população LGBT de situações como essa. Ressalta-se, ainda, que do conjunto de matérias analisadas, esta é a única que traz o termo “transfobia”, que segundo Amaral (2013) deve ser usado preferencialmente quando se trata de violência sofrida por pessoa transgênero, uma vez que o termo “homofobia”, por exemplo, não engloba as peculiaridades a que estão submetidas as pessoas transexuais.

A quarta matéria (17/04) versa sobre a manifestação da Comissão de Direitos Humanos da Câmara dos Deputados (CDH), e tem como fontes um pedido de informações emitido pela Comissão, o Núcleo Especializado de Combate à Discriminação da Defensoria Pública, nota oficial do Centro de Cidadania LGBT da Prefeitura de São Paulo e a Secretaria de Segurança Pública. O enfoque principal da matéria é o pedido de informações emitido pela CDH ao governador do Estado de São Paulo, Geraldo Alckmin, e ao procurador-geral do Estado, Márcio Fernando Elias Rosa, sobre as agressões sofridas por Verônica. A única imagem utilizada é aquela em que se apresenta o antes e depois de Verônica, já vista em matéria anterior.

A última publicação do G1.com (18/04) é motivada pela manifestação de Verônica frente aos promotores de que teria dado declarações à coordenadora de Políticas de Diversidade Sexual do Estado de São Paulo sob coação. Após uma redução de espaço notada na quarta matéria (17/04), esta novamente traz variadas fontes, imagens e histórico do caso. Como fontes, foram ouvidos os promotores do Grupo Especial de Controle Externo da Atividade Policial do Ministério Público (GECEP), a Secretaria de Segurança Pública e a mãe de Verônica. Relata-se, ainda, que foi tentado contato com a coordenadora de Políticas para Diversidade Sexual da Secretaria da Justiça e da Defesa da Cidadania, que não quis se manifestar. Imagens do antes e depois de Verônica, dos seus hematomas aparentes, do carcereiro com a orelha mutilada e de Verônica deitada no chão do 2º DP com as calças rasgadas voltaram a ser utilizadas. Além das declarações da personagem dada aos promotores, que contrapõem a versão policial, a matéria traz o áudio que motivou a ação do MP, manifestações oficiais e, com bastante destaque, as falas da mãe de Verônica, descrevendo características pessoais da personagem e apresentando a posição da família – em citação direta.

Com a análise dos materiais publicados pelo G1.com, pode-se concluir que este foi o veículo que melhor utilizou-se do suporte *online* para apresentar o caso, não limitando o espaço de suas matérias e trazendo sempre o histórico, considerando ser possível que o leitor estivesse tendo o primeiro contato com o assunto naquela reportagem. O G1.com apresentou as matérias com maior enfoque nos direitos humanos, priorizando, a partir da terceira publicação, o adequado tratamento de gênero, a diversidade de fontes, a preferência pelas citações diretas sempre que possível, a utilização de imagens degradantes e favoráveis em equilíbrio (e mesmo quando utilizadas, as imagens degradantes eram de interesse jornalístico). Por vezes, inclusive, as matérias tenderam a apresentar posicionamento favorável à personagem, caso da terceira. Todas as matérias estavam na editoria São Paulo.

Veículo impresso: Correio Braziliense

Na edição do dia 17/04, o jornal fez a primeira matéria referente ao caso Verônica Bolina. O assunto foi coberto dentro da editoria Brasil em um box denominado “Deu no www.correiobraziliense.com.br”. Na verdade, o jornal impresso somente replicou o conteúdo que foi disponibilizado no site no dia anterior, o que denota pouco interesse sobre a temática, pelo menos em um primeiro momento. O texto enfatiza as agressões que a travesti Verônica alega ter sofrido por parte de policiais em uma delegacia em São Paulo. O

motivo que a levou à prisão (tentativa de assassinato de uma vizinha idosa) só aparece na penúltima linha do texto, apesar de ser uma informação importante para a compreensão do caso.

Por sua vez, a edição seguinte do jornal (18/04) saiu com uma matéria de quase uma página sobre o tema. Ela faz uma retrospectiva do caso, dá destaque às fotos de Verônica antes e depois da agressão, menciona o conteúdo das resoluções do Conselho Nacional de Combate à Discriminação e Promoção dos Direitos de Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travestis e Transexuais que garantem direitos a este público, traz dados referentes à homofobia no estado de São Paulo, local da agressão, lista quais estados brasileiros possuem penitenciárias com espaços reservados para os LGBT e ouve especialistas. Desta vez a cobertura demonstrou ser mais abrangente, apesar de nenhum representante do Estado, como a polícia ou o Ministério Público, ter sido ouvido, restando configurada uma falta de pluralidade na abordagem, apesar da extensão da matéria.

No dia 19/04 o Correio Braziliense dedicou uma página, dessa vez na editoria Cidades, para tratar do tema preconceito contra LGBTs, mas observando o contexto local. Os repórteres entrevistaram duas travestis do DF que sofreram preconceito em delegacias de polícia em razão de não terem sido usados seus nomes sociais quando foram atendidas por policiais. Foram ouvidos pela reportagem o diretor-geral da Polícia Civil do DF e o diretor de Comunicação do Sindicato dos Policiais Cíveis do DF (Sindol). Ambos reconhecem que as resoluções trazem mudanças importantes para a sociedade, mas afirmam que o avanço na maneira como os LGBTs são tratados, em especial as travestis, virá aos poucos. Como as edições de domingo dos jornais são o local do debate das principais questões que estiveram presentes na cobertura do veículo no decorrer da semana, acredita-se que nessa matéria, em especial, caberia a opinião de acadêmicos da psicologia, da sociologia ou da antropologia, a título de exemplo, para tentar explicar o comportamento das pessoas frente às mudanças de regramento que gradualmente vão sendo implementadas pelas leis que regem o país.

A reportagem traz também uma parte dedicada à situação nas escolas do DF no que diz respeito ao tratamento dedicado aos transexuais. Pela primeira vez aparece uma menção à reação negativa de parlamentares evangélicos contrários à publicação das resoluções. Um adolescente é entrevistado e conta que não sofre com a atitude dos colegas, mas sim da própria direção da escola onde estuda. Consta, também, uma nota da Secretaria de Educação, em que o órgão afirma respeitar a resolução nº 12 do já citado Conselho, além de

uma declaração do diretor do Sindicato dos Professores, que confessa que a categoria não está preparada para lidar com a diversidade. A matéria finda com uma declaração de uma cabeleireira de 28 anos, transexual, que relembra as dificuldades pelas quais passou no colégio, mais uma vez não por culpa dos outros estudantes, mas em razão da falta de apoio e amparo da própria escola. Destaque para um box no centro do texto em que o conteúdo das Resoluções nº 11 e 12 é explicado. Esta explicação vem tardiamente, tendo em vista se tratar da terceira matéria publicada sobre a temática.

A última matéria foi publicada na editoria de Política no dia 21/04. O foco é o confronto entre duas bancadas da Câmara dos Deputados: a religiosa e a que defende os direitos da população LGBT. O texto esclarece que a primeira está em vantagem, não só por ter crescido depois das últimas eleições, mas também por possuir apoio do Presidente da Casa, o deputado Eduardo Cunha (PMDB-RJ). Traz todos os projetos que os religiosos tentam aprovar e também aqueles que eles lutam para impedir o avanço na tramitação dentro do Congresso. Há apenas duas falas de parlamentares. Primeiro a da deputada federal Érika Kokay (PT-DF), defensora das minorias, e depois do polêmico Marco Feliciano (PSC-SP) que, no texto, teve mais espaço dedicado às suas falas e argumentos em comparação com a petista, o que indica a escolha de um determinado posicionamento por parte do repórter, não condizente com a imparcialidade jornalística.

Veículo de esquerda: Revista Fórum

A partir da coleta das matérias publicadas no site da Revista Fórum, no período de 10 a 30 de abril, percebe-se como o caso Verônica pautou o veículo com publicações quase que diárias a respeito do assunto. Contudo, apesar de ter produzido um conteúdo relativamente extenso sobre o acontecimento, nota-se também a inclinação da revista em defender determinado ponto de vista da história, no caso, a agressão sofrida pela travesti Verônica Bolina.

A primeira publicação da revista a tratar do caso, na manhã do dia 15/04, está localizada no blog “Questão de gênero”. Trata-se de um artigo de opinião intitulado “Em defesa de Verônica Bolina”, da jornalista Jarid Arraes, em que a autora critica a postura dos policiais e defende a visão de que a cultura brasileira é preconceituosa com relação às travestis. Arraes afirma que os transgêneros muitas das vezes não têm seus direitos básicos respeitados. Percebe-se, assim, a presença de um agendamento positivo do tema, provocando o leitor a pensar sobre o desrespeito aos direitos humanos.

Por conseguinte, na noite do mesmo dia, o veículo divulga outra notícia com informações novas sobre o caso. O texto gira em torno de novos áudios de Verônica dizendo que não foi coagida e nem agredida pelos policiais na cadeia. Na reportagem são destacadas amplamente as falas de um advogado criminalista sobre as implicações de um possível crime de abuso de poder por parte dos agentes de segurança. Outras fontes são ouvidas, como o Núcleo Especializado de Cidadania e Direitos Humanos da Defensoria Pública do Estado de São Paulo e a Ouvidoria da Polícia de São Paulo. Desta vez, a cobertura mostrou-se abrangente.

A matéria veiculada no dia seguinte (16/04) pela revista e assinada por Jarid Arraes trata da omissão no inquérito de fotos em que Verônica está sendo agredida. Nesta somente foi ouvido o advogado Ariel de Castro Alves, membro do Movimento Nacional de Direitos Humanos e do Grupo Tortura Nunca Mais de São Paulo. Aqui, sente-se falta da pluralidade de fontes que enriqueceriam o texto e mostrariam os vários lados da notícia.

No dia 17/04 o tema continuou sendo explorado pelo veículo. Primeiramente, uma notícia que informava o pedido de esclarecimento da Comissão de Direitos Humanos ao governador de São Paulo, Geraldo Alckmin (PSDB), sobre o caso. Porém, o texto publicado em seguida é o produto que mais se destaca na análise da revista. A matéria é uma resposta à acusação do delegado do 4º Distrito Policial de Guarulhos, Fernando Santiago, que postou no *Facebook* no dia anterior (16/04) um texto em que afirmava que a Fórum, em sua cobertura, estaria prejudicando intencionalmente os policiais envolvidos no caso, promovendo uma “absurda inversão de valores”. Em um primeiro momento a revista se defende com base em leis que prezam pelos direitos de travestis e transexuais que, segundo ela, foram violados pelos policiais durante a prisão de Verônica. Destaque-se a nota publicada no fim da matéria, em que a revista afirma ser pautada pela promoção dos direitos humanos e pela apresentação de um editorial assumidamente de esquerda e humanista.

É importante salientar que as publicações diárias da revista tratando do caso Verônica têm uma pausa de três dias, um tempo curto, porém considerável se levarmos em conta que o veículo tratou incisivamente do assunto durante todos os dias anteriores. A matéria em questão é a última de autoria da Fórum durante o período coletado. O texto é explorado a partir da entrevista concedida ao R7 por Laura, a idosa agredida por Verônica e que não teve o sobrenome mencionado. Somente neste momento de sua cobertura é que o veículo cita de forma direta, isto é, com nome e idade, a principal parte

envolvida na prisão da travesti. No entanto, o texto apresenta pouco espaço para relatar a situação da idosa, limitando-se apenas a informar seu estado e relatar que após a agressão sofrida ela teve traumatismo craniano e perdeu todos os dentes da parte superior da boca. Em seguida, a revista afirma que em nenhum momento defendeu Verônica dizendo que a travesti não havia cometido um crime, somente disse que os seus direitos haviam sido violados. Conclui com a opinião da repórter responsável pela maior parte da cobertura do caso, Jarid Arraes. Logo, pode-se perceber a importância dada ao caso, já que houve a preocupação de designar uma repórter em especial para a cobertura.

A matéria que encerra o período coletado da cobertura da Revista Fórum é a réplica de uma notícia dada pelo portal Pragmatismo Político em 21/04, onde é revelado que Verônica Bolina mentiu no depoimento gravado em que ela afirma não ter sido torturada pela polícia. A travesti afirmou ainda que negou as agressões em troca de redução de pena.

Pode-se dizer que a Revista Fórum assumiu o papel de protagonista na cobertura do acontecimento, sendo inclusive acusada de promover uma inversão de valores. Destacam-se, também, as ilustrações de cunho crítico utilizadas pelo veículo nas matérias publicadas durante o período. A revista preferiu não utilizar em suas publicações as imagens que circularam pela internet de Verônica desfigurada após as agressões que teria sofrido. O ponto negativo fica por conta da falta de pluralidade de fontes primárias do ocorrido, como é o caso da idosa agredida por Verônica. Contudo, por ser uma mídia alternativa e não dispor dos mesmos recursos dos outros meios analisados neste trabalho, salta aos olhos o espaço dado pelo veículo para a cobertura do caso, o que culminou na consequente discussão da sociedade sobre a deficiência do sistema carcerário brasileiro no que diz respeito à promoção e à defesa dos direitos humanos.

Considerações finais

O presente artigo deve ser encarado como uma tentativa de compreender como a mídia e suas diversas faces tratam de questões polêmicas de desrespeito aos direitos humanos. Neste caso, o assunto escolhido foi a agressão de policiais à travesti Verônica Bolina, por se tratar de um tema que diz respeito à violação de direitos e ao preconceito baseados na orientação sexual e identidade de gênero do indivíduo.

A análise permitiu apontar características marcantes de cada meio escolhido. Os veículos de abrangência nacional mostraram-se influenciados pela opinião pública, à medida que mais informações do caso vinham à tona. Neste ponto, destaca-se a mudança de

postura do G1 e do Estadão, após a comoção pública presenciada nas redes sociais em razão das agressões sofridas por Verônica, o que ficou caracterizado nesta análise como um “*agenda setting* reverso”, do leitor para os veículos. O tratamento inicial da personagem em tais veículos inicialmente era feito no gênero masculino mudando para o gênero feminino na medida em que a proporção e a notoriedade do caso alcançaram a opinião pública nacional e internacional. O ponto negativo a ser destacado são as imagens degradantes da personagem veiculadas nesses meios. Este fato pode ser visto sob dois prismas. Num primeiro momento, como a busca inevitável pela audiência, que gera publicidade e, conseqüentemente, lucros. Por fim, sob a ética jornalística de defender os direitos do cidadão, atitude que acaba por contribuir para a promoção das garantias individuais e coletivas.

No caso do Correio Braziliense, percebe-se a intenção do jornal em esclarecer o ocorrido e elencar os dispositivos legais presentes na legislação brasileira para coibir atos de preconceito e violação de direitos do público LGBT. O veículo também utiliza exemplos locais de pessoas deste público como uma tentativa de humanizar as reportagens, assim como dar um caráter de mais proximidade com a realidade dos leitores da região do Distrito Federal. Ao contrário dos veículos nacionais, o Correio se referiu à personagem sempre no gênero feminino, respeitando o nome social adotado por Verônica.

Por fim, a Revista Fórum mostrou-se engajada na abordagem do caso e da questão do preconceito sofrido por parte dos transgêneros. Pautada sempre na defesa dos direitos humanos, a revista contribuiu significativamente para o debate acerca do tema polêmico que é a identidade de gênero. Contudo, é necessário destacar a cobertura parcial em determinadas matérias, com privilégio para a perspectiva de Verônica, o que pode causar o descrédito do veículo perante a visão do leitor.

Esta análise acerca do conteúdo e dos discursos midiáticos não se esgota. É sabido que a discussão sobre os casos de desrespeito à comunidade LGBT vai além dos casos específicos noticiados diariamente. Contudo, os meios de comunicação contribuem de forma significativa para dar sentido e servir de espelho às opiniões presentes na sociedade. Por isso, a intenção foi perceber quais sentidos estão sendo elaborados pela mídia no contexto brasileiro, além de compreender o tratamento dado por esses veículos aos membros dessa comunidade minoritária. Sendo assim, percebe-se que o cenário atual ainda não contribui de forma plena para a discussão responsiva sobre a promoção e à garantia de direitos básicos do grupo social LGBT. Todavia, a crescente frequência com que o tema

aparece nos noticiários nacionais mostra uma evolução significativa na conscientização da sociedade acerca do assunto.

Referências

AMARAL, T. C. **Travestis, transexuais e mercado de trabalho:** muito além da prostituição. 2013. Trabalho apresentado ao III Seminário Internacional Enlaçando Sexualidades, Salvador – BA, 2013. Disponível em: <<http://www.uneb.br/enlacandosexualidades/files/2013/06/Travestis-transexuais-e-mercado-de-trabalho-muito-al%C3%A9m-da-prostitui%C3%A7%C3%A3o.pdf>>. Acesso em: 23 maio 15.

BAUER, M. W.; GASKELL, G. **Pesquisa Qualitativa com texto, imagem e som:** Um manual prático. 2. ed. Petrópolis: Vozes, 2003. 516 p. Disponível em: <<https://pt.scribd.com/doc/139269785/BAUER-Martin-W-GASKELL-George-Ed-Pesquisa-Qualitativa-Com-Texto-Imagem-e-Som>>. Acesso em: 23 jul. 15.

GERHARDT, T. E.; SILVEIRA, D. T.; (Orgs). **Métodos de Pesquisa.** Porto Alegre: UFRGS, 2009. Disponível em: <<http://www.ufrgs.br/cursopgdr/downloadsSerie/derad005.pdf>>. Acesso em: 23 jul. 15.

JESUS, J. G. **Orientações sobre a população transgênero:** conceitos e termos. Brasília: Autor, 2012. Disponível em: <https://www.sertao.ufg.br/up/16/o/ORIENTA%C3%87%C3%95ES_POPULA%C3%87%C3%83O_TRANS.pdf?1334065989>. Acesso em: 5 maio 15.

MIELNICZUK, L. **Características e implicações do jornalismo na Web. 2001.** Trabalho apresentado ao II Congresso da SOPCOM, Lisboa, 2001. Disponível em: <http://www.facom.ufba.br/jol/pdf/2001_mielniczuk_caracteristicasimplicacoes.pdf>. Acesso em: 23 maio 15.

PEREIRA, F. H. **Da responsabilidade social ao jornalismo de mercado:** o jornalismo como profissão. Lisboa: Biblioteca Online de Ciências da Comunicação, 2004. Disponível em: <<http://www.bocc.ubi.pt/pag/pereira-fabio-responsabilidade-jornalista.pdf>>. Acesso em: 6 maio 15.

SOARES, H. R. P. S; OLIVEIRA, J. S. S. M. **A construção da notícia em telejornais:** valores atribuídos e newsmaking. Disponível em: <<http://www.intercom.org.br/papers/nacionais/2007/resumos/R0744-2.pdf>>. Acesso em: 6 maio 15.

Material jornalístico consultado

ANJOS, A. B. Comissão de Direitos Humanos da Câmara pede esclarecimentos a Alckmin sobre caso de Verônica Bolina. **Revista Forum**, 20 abr. 15. Disponível em: <<http://www.revistaforum.com.br/blog/2015/04/comissao-de-direitos-humanos-da-camara-pede-esclarecimentos-a-alckmin-sobre-caso-de-veronica-bolina/>>. Acesso em: 27 maio 15.

ARRAES, J. Em defesa de Verônica Bolina. **Revista Forum**, 15 abr. 15. Disponível em: <<http://www.revistaforum.com.br/questaoedegenero/2015/04/15/em-defesa-de-veronica-bolina/>>. Acesso em: 27 maio 15.

ARRAES, J. Inquerito de Verônica Bolina omite fotos de agressão. **Revista Forum**, 20 abr. 15. Disponível em: <<http://www.revistaforum.com.br/blog/2015/04/inquerito-de-veronica-bolina-omite-fotos-de-agressao/>>. Acesso em: 27 maio 15.

ARRAES, J. Áudios levantam novas suspeitas sobre caso Verônica Bolina. **Revista Forum**, 15 abr. 15. Disponível em: <<http://www.revistaforum.com.br/blog/2015/04/audios-levantam-novas-suspeitas-sobre-caso-veronica-bolina/>>. Acesso em: 27 maio 15.

Ataque de travesti a carcereiro só parou após tiros para o alto, diz polícia. **G1**, São Paulo, 14 abr. 15. Disponível em: <<http://g1.globo.com/sao-paulo/noticia/2015/04/ataque-de-travesti-carcereiro-so-parou-apos-tiros-para-o-alto-diz-policia.html>>. Acesso em: 27 maio 15.

Câmara cobra que Alckmin explique agressão a travesti. **O Estado de S.Paulo**, São Paulo, 17 abr. 15. Disponível em: <<http://sao-paulo.estadao.com.br/noticias/geral,camara-cobra-que-alckmin-explique-agressao-a-travesti,1671900>>. Acesso em: 27 maio 15.

Delegado ataca revista Fórum e incita ódio na internet. **Revista Forum**, 17 abr. 15. Disponível em: <<http://www.revistaforum.com.br/blog/2015/04/delegado-ataca-revista-forum-e-incita-odio-na-internet/>>. Acesso em: 27 maio 15.

DIÓGENES, J. Travesti espancada negou agressões de policiais para reduzir pena. **O Estado de S.Paulo**, São Paulo, 18 abr. 15. Disponível em: <<http://sao-paulo.estadao.com.br/noticias/geral,travesti-espancada-diz-que-negou-agressoes-de-policiais-para-reduzir-pena,1672409>>. Acesso em: 27 maio 15.

FERNANDES, M. Tortura e maus-tratos a gays nas cadeias. **Correio Braziliense**, Brasília, 16 abr. 15. Caderno 1, Brasil, p. 6.

LOPES, E. Corregedoria apura agressão a travesti em SP. **Correio Braziliense**, Brasília, 17 abr. 15. Caderno 1, Deu no www.correio braziliense.com.br, p. 6.

MACHADO, L. MP apura agressão contra travesti que arrancou a orelha de carcereiro. **G1**, São Paulo, 14 abr. 15. Disponível em: <<http://g1.globo.com/sao-paulo/noticia/2015/04/mp-apura-agressao-contra-travesti-que-arrancou-orelha-de-carcereiro.html>>. Acesso em: 27 maio 15.

MACHADO, L. Verônica negou agressão em áudio em troca de redução de pena, diz MP. **G1**, São Paulo, 18 abr. 15. Disponível em: <<http://g1.globo.com/sao-paulo/noticia/2015/04/veronica-negou-agressao-em-audio-em-troca-de-reducao-de-pena-diz-mp.html>>. Acesso em: 27 maio 15.

MADER, H.; ALMEIDA, K. Pelo direito de ser respeitado. **Correio Braziliense**, Brasília, 19 abr. 15. Cidades, p. 20.

MELLO, A. Confronto ruidoso na Câmara. **Correio Braziliense**, Brasília, 21 abr. 15. Política, p. 4.

PASSARINHO, N. Comissão da Câmara pede a Alckmim informações sobre travesti presa. **G1**, São Paulo, 17 abr. 15. Disponível em: <<http://g1.globo.com/sao-paulo/noticia/2015/04/comissao-da-camara-pede-alckmin-informacoes-sobre-travesti-presa.html>>. Acesso em: 27 maio 15.

RESK, F. Corregedoria vai apurar caso de travesti agredida em São Paulo. **O Estado de S.Paulo**, São Paulo, 16 abr. 15. Disponível em: <<http://sao-paulo.estadao.com.br/noticias/geral,corregedoria-vai-apurar-caso-de-travesti-agredida-em-sao-paulo,1671182>>. Acesso em: 27 maio 15.

RESK, F. Travesti arranca parte da orelha de carcereiro em delegacia no centro. **O Estado de S.Paulo**, São Paulo, 14 abr. 15. Disponível em: <<http://sao-paulo.estadao.com.br/noticias/geral,travesti-arranca-parte-da-orelha-de-carcereiro-em-delegacia-no-centro,1669345>>. Acesso em: 27 maio 15.

TOMAZ, K. Preso arranca orelha de carcereiro em SP e fotos circulam na internet. **G1**, São Paulo, 13 abr. 15. Disponível em: <<http://g1.globo.com/sao-paulo/noticia/2015/04/preso-arranca-orelha-de-carcereiro-em-sp-e-fotos-circulam-na-internet.html>>. Acesso em: 27 maio 15.

Travesti espancada diz que mudou depoimento para reduzir pena. **Folha de S.Paulo**, São Paulo, 18 abr. 15. Disponível em: <<http://www1.folha.uol.com.br/cotidiano/2015/04/1618514-travesti-espancada-diz-que-mudou-depoimento-para-reduzir-pena.shtml>>. Acesso em: 27 maio 15.

TUROLLO JR, R. BERGAMO, M. Planalto e OAB cobram polícia de SP por travesti espancada. **Folha de S.Paulo**, São Paulo, 16 abr. 15. Disponível em: <<http://www1.folha.uol.com.br/cotidiano/2015/04/1617682-planalto-e-oab-cobram-policia-de-sp-por-travesti-espancada.shtml>>. Acesso em: 27 maio 15.

TUROLLO JR, R. BERGAMO, M. Travesti fica desfigurada após ser presa, e polícia de SP abre investigação. **Folha de S.Paulo**, São Paulo, 16 abr. 15. Disponível em: <<http://www1.folha.uol.com.br/cotidiano/2015/04/1617217-travesti-fica-desfigurada-apos-ser-presa-e-policia-de-sp-abre-investigacao.shtml>>. Acesso em: 27 maio 15.

Verônica Bolina e Dona Laura: “Nada justifica agressões de policiais”. **Revista Forum**, 20 abr. 15. Disponível em: <<http://www.revistaforum.com.br/blog/2015/04/veronica-bolina-e-dona-laura-nada-justifica-agressoes-de-policiais/>>. Acesso em: 27 maio 15.

Verônica Bolina teria negado agressões após promessa de redução de pena. **Revista Forum**, 22 abr. 15. Disponível em: <<http://www.revistaforum.com.br/blog/2015/04/veronica-bolina-teria-negado-agressoes-apos-promessa-de-reducao-de-pena/>>. Acesso em: 27 maio 15.